

Os BRICS sete anos depois

2015 . Ano 12 . Edição 85 - 20/01/2016



Walter Antonio Desiderá Neto

Desde que resolveram se reunir em cúpulas, em 2009, as relações do agrupamento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) passaram por duas etapas em função das mudanças no contexto internacional do período 2008-2015. Em um primeiro momento, de 2009 a 2012, quando as políticas anticíclicas adotadas pelos BRICS foram capazes de amenizar os efeitos da crise econômica internacional sobre seu crescimento econômico, foi privilegiada a dimensão externa do bloco. Em outras palavras, nas primeiras cúpulas os líderes se preocuparam em ajustar suas visões de mundo a respeito da maior quantidade possível de temas da política internacional, de forma a se posicionarem como coalizão internacional com algum grau de coesão e superarem críticas que apontavam para a existência de muitas diferenças na maneira de se projetarem no sistema internacional. O lugar comum encontrado tem sido a busca pelo desenvolvimento como pano de fundo.

Em um segundo momento, entre 2013 e 2015, em que a crise já se fez sentir com mais severidade pelos cinco membros, abriu-se espaço considerável para a discussão de uma dimensão interna das relações do bloco. Nesse sentido, os BRICS começaram a dar vazão a uma ampla agenda voltada para seus fluxos econômicos cruzados e à cooperação para o desenvolvimento a prestarem e receberem entre si, tendo como elemento símbolo a criação propriamente dita do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR). Estas iniciativas revelam uma estratégia comum de apostar em um salto qualitativo sobre várias dimensões dos fluxos que ocorrem no agrupamento como alternativa para enfrentar o cenário internacional de crise econômica.

Dessa maneira, este diagnóstico demonstra que a crise internacional iniciada em 2008 é o acontecimento que teve e continua tendo maior influência sobre o desenvolvimento dos BRICS como bloco. Em primeiro lugar, ainda que o acrônimo tenha sido criado anteriormente pelo mercado financeiro, somente a partir da ocorrência dessa turbulência no sistema financeiro internacional os países decidiram se reunir regularmente. Posteriormente, o discurso da responsabilização dos países desenvolvidos pelo estopim da crise e a busca conjunta por maior participação e influência nas instituições financeiras internacionais deram o pontapé inicial para amalgamar o grupo como coalizão internacional.

Entretanto, este desenvolvimento não ocorreu sem o incômodo das grandes potências. Diante do cenário de recuperação em duas velocidades no imediato pós-crise, os Estados Unidos foram os primeiros a agir de forma contundente para fazer sua economia reagir. Dessa forma, no final de 2008 e começo de 2009, o país realizou seu primeiro afrouxamento monetário (quantitative easing, em inglês), com a intenção de impulsionar a atividade econômica. Detentora da moeda de troca do sistema monetário internacional, a maior economia do mundo observou, como efeito secundário, uma fuga de capitais em busca de rendimento, levando à valorização generalizada das demais

divisas no planeta e, portanto, elevando a competitividade de suas exportações. Novos afrouxamentos se repetiram com efeitos crescentes sobre a base monetária. O Japão seguiu o mesmo caminho em 2011 e 2013. A Europa, em 2015. Como consequência, muitos investimentos especulativos buscaram os emergentes, reduzindo sua competitividade exportadora.

Nesse ínterim, a Europa mergulhou novamente na crise em decorrência de diversos fatores. A recessão europeia iniciada em 2010 e 2011, somada à política econômica americana, afetou o ritmo de crescimento da China e de suas exportações. Os BRICS, então, começaram a buscar uma estratégia de parceria econômica. De toda forma, no mercado de commodities, a desaceleração das importações chinesas, sem o devido acompanhamento da redução da oferta nos países produtores, provocou uma redução praticamente ininterrupta de seus preços entre 2011 e 2015 da ordem de 42%, segundo dados do índice da Bloomberg – criando dificuldades para África do Sul, Brasil e Rússia.

Se a crise de 2008 foi fundamental para a organização dos BRICS como coalizão, seu desenrolar na Grande Recessão tem avançado as iniciativas do grupo para o campo da parceria econômica. Os líderes têm como principal desafio superar as dificuldades e as competições que essa intensificação da crise, somada ao acirramento das divisões políticas no mundo, impõe sobre seu futuro.

Walter Antonio Desiderá Neto é técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.